

O jansenismo contemporâneo: um desafio à recepção do Concílio Vaticano II

*Contemporary jansenism:
a challenge to the reception of the II Vatican Council*

*Tiago Cosmo da Silva Dias**

Resumo

O jansenismo foi um movimento do século XVII que se baseava no livro *Augustinus*, de Cornélio Jansen (1585-1638). Os jansenistas exacerbaram em dois aspectos: primeiro, quando afirmaram que a graça constrange de tal modo o ser humano que não lhe resta outra saída senão ceder aos apelos de Deus; depois, ao participar raramente da comunhão eucarística por se sentirem indignos de se aproximar. Somente em 1713 que o Papa Clemente XI condenou o movimento com a bula *Unigenitus*. Mesmo assim, tendências semelhantes permanecem como desafios à recepção do Concílio Vaticano II (1962-1965), que pediu aos fiéis que participassem das celebrações de modo ativo, pleno e consciente (SC 14). No contexto de uma pastoral secularista, na qual o corpo é a referência, vive-se a fé baseada na emoção, contribuindo para o sentimento de “indignidade” diante do sacramento, ao ponto que se criar a chamada “comunhão espiritual” e a necessidade das voltas que a Eucaristia precisa dar em torno de uma igreja para que se cheguem os milagres. Com o olhar na realidade e se apropriando do método bibliográfico, o artigo tensiona essa problemática e busca, grosso modo, expor como a tendência se faz viva hoje no seio eclesial, ainda que travestida de outras nomenclaturas.

Palavras-chave: Jansenismo Contemporâneo. Concílio Vaticano II. Recepção.

Abstract

Jansenism was a 17th-century movement based on the book *Augustinus* by Cornelius Jansen (1585-1638). The Jansenists went too far in two ways: first, when they claimed that grace so constrains human beings that they have no choice but to give in to God's appeals; second, by rarely participating in Eucharistic communion because they felt unworthy of approaching. It was only in 1713 that Pope Clement XI condemned the movement with the bull *Unigenitus*. Even so, similar tendencies remain and challenge the reception of the Second Vatican Council (1962-1965), which asked the faithful to

* Artigo submetido em 28/10/24 quando o autor ainda era doutorando na PUC-SP.

participate in celebrations actively, fully and consciously (SC 14). In the context of a secularist pastoral, in which the body is the reference, faith is lived based on emotion, contributing to the feeling of “unworthiness” before the sacrament, to the point of creating the so-called “spiritual communion” and the need for the Eucharist to make rounds around a church for miracles to occur. By looking at reality and appropriating the bibliographic method, the article discusses this problem and seeks, broadly speaking, to expose how this tendency is alive today in the ecclesiastical bosom, even though disguised by other nomenclatures.

Keywords: Contemporary Jansenism. Second Vatican Council. Front desk.

Introdução

O maior evento eclesial católico do século XVI foi, sem dúvidas, o Concílio de Trento (1545-1563), que demarcou o perfil da Igreja nos séculos sucessivos. Apesar disso, o evento não pôde, naturalmente, resolver todas as questões em aberto na vida da Igreja. Um dos pontos que ficaram pendentes foi a relação entre a liberdade humana e a graça divina. A conciliação de ambas continuava um mistério e as várias escolas teológicas tentavam uma explicação possível à razão. A questão era pertinente pela crescente difusão do luteranismo e do calvinismo, e pela oportunidade de sempre confutar às afirmações.

Ad intra, a disputa atingiu seu ápice entre duas grandes ordens religiosas: os dominicanos defendiam a ideia de que só a graça salva e os jesuítas falavam do valor da graça e do livre-arbítrio. Entre os dominicanos, um dos maiores nomes foi Domingo Bañez (1528-1604); entre os jesuítas, Luís de Molina (1535-1600). Depois de uma longa discussão e de um minucioso exame dos dois sistemas realizado por uma comissão especial de cardeais (*Congregatio de auxiliis*), sob os pontificados de Clemente VIII (1592-1605) e de Paulo V (1605-1621) foi evitada qualquer decisão. Em 1607, o Papa Paulo V enviou um documento aos superiores dos dominicanos e dos jesuítas solicitando que os teólogos das duas partes evitassem que um grupo acusasse o outro com palavras ásperas, e deu liberdade para cada um defender e ensinar o próprio sistema.¹ O decreto salvaguardava a necessária autonomia da ciência teológica, mas não podia acalmar a excitação dos ânimos. Foi o que na prática se propôs Cornelius Jansen (1585-1638).

Esse artigo, em perspectiva bibliográfica, mas com o olhar na realidade pastoral atual, está dividido em três sessões. Na primeira, faz-se um resgate de alguns elementos próprios da eclesiologia agostiniana, que propôs uma reflexão da Igreja como sacramento de salvação e ensinava que, para se salvar, pertencer à Igreja era condição *sine qua non*. Em um segundo momento, é feito um resgate histórico do movimento jansenista enquanto tal, buscando expor sua gênese e os princípios que dele emanaram e que, na época, conseguiram atrair tanta gente, inclusive intelectuais como Blaise Pascal (1623-1662). Na terceira e última sessão, analisa-se o jansenismo como uma

¹ MARTINA, G., História da Igreja de Lutero a nossos dias, p. 200.

tendência já da contemporaneidade, que se desdobra sobretudo nos atuais tradicionalistas que, em linhas gerais, ocupam-se em segregar a Igreja pautados num rigorismo exacerbado, a partir do qual se deve qualificar quem é ou não digno de pertencer ao Corpo de Cristo. Espera-se esclarecer como essa tendência hoje, na caminhada eclesial, acaba por ser um grande empecilho à recepção, ainda em curso, do Concílio Vaticano II (1962-1965).

1. A base agostiniana

O ponto de partida para nossa reflexão é o século IV, quando o cristianismo, aos poucos, foi construindo sua identidade em processo de saída do mundo judaico: do território palestino para o mundo greco-romano, das sinagogas para as residências, dos ordenamentos legais judaicos para os costumes pagãos. Embora seja preciso observar a crescente afirmação de uma identidade própria que resultou das primeiras comunidades, na comparação com a identidade judaica, do ponto de vista social tratava-se de grupos novos e abertos à tradução, seleção e revisão de elementos instituídos da tradição judaica, bem como à incorporação de elementos do mundo grego. Ou seja: os discípulos de Jesus não se consideravam criadores de uma instituição religiosa, mas sim leitores da tradição judaica a partir da experiência do Ressuscitado, como um novo povo de Deus, e se entendiam como continuadores da antiga tradição.²

Essa primeira fase do cristianismo foi sendo sucedida por uma gradativa organização. O carisma foi estruturando o que era vivido de forma prática e espontânea. Em outras palavras, foi se institucionalizando e tradicionalizando a novidade cristã antes vivenciada na espontaneidade e na força do dom da salvação. A partir do Edito de Milão, de 313, aparece uma nova figura eclesial refeita com as estruturas organizativas do Império: com a geopolítica, com o direito, com as hierarquias e com o próprio imperador.³

Nesse período, a Igreja cresceu numericamente. À medida, porém, que se estabilizava, cresciam as conversões de conveniência, e de uma maneira geral enfraquecia-se o compromisso de fé intencional, sobretudo com o Edito de Tessalônica (380), que finalmente reconheceu o cristianismo como a religião oficial do Império Romano. Nesse cenário, emergiu a figura de Agostinho (354-430), bastante preocupado com a unidade da Igreja. O raciocínio era bastante lógico: a Igreja se fazia conhecer por seus quatro atributos, una, santa, católica e apostólica. A catolicidade aqui significa universalidade; a Igreja representava o Reino de Deus, e Deus pretendia que ela fosse uma sociedade universal, o instrumento divino de reivindicação da eleição de Deus em cada nação. O fundamento, portanto, estava dado: a Igreja era agora coextensiva do império, até se cindir no Ocidente, e a toda a sociedade e ao mundo.⁴

Esse aspecto institucional, porém, não compreendia ainda o centro da visão agostiniana, cuja eclesiologia se relacionava diretamente com a antropologia: a grande maioria dos membros da Igreja era concebida como pecadora; só alguns poucos eram

² PASSOS, J. D., *Obstáculos à Sinodalidade*, p. 56.

³ PASSOS, J. D., *Obstáculos à Sinodalidade*, p. 57.

⁴ HAIGHT, R., *A comunidade cristã na história*, p. 280-281.

santos e abençoados. Agostinho postulou conjuntos de membros, dentre os quais o primeiro era a *igreja escatológica* e, nesse mundo, o círculo era pequeno. O segundo reside em um deslocamento do atributo da santidade em geral de seus membros para a própria instituição, o que implicou em uma certa objetificação da Igreja. A influência do platonismo foi grande: a Igreja se tornou santa porque participava da santidade de Cristo. Portanto, Cristo era a cabeça da Igreja e vivia nela como seu fundamento de santidade.

Logo, nos termos da eclesiologia ocidental agostiniana, a missão e a função da Igreja poderiam ser interpretadas como terapêuticas: o que se fazia no âmbito social, com seus serviços sociais, a Igreja deveria realizar na esfera religiosa ou espiritual, com os sacramentos. Entende-se, pois, em que sentido a Igreja é tida como “sacramento de salvação”: o fundamento é a antropologia negativa dominada pelo pecado proposta por Agostinho em reação a Pelágio (350-423). Como sacramento, a Igreja medeia a graça de Deus às pessoas que compõem as congregações nas vilas e cidades. Logo, o plano de Deus para a criação atribui à Igreja a missão de ser o veículo histórico para a restauração da Igreja escatológica ou celestial. Em certo sentido, é como se a Igreja tivesse se “hipostasiado”: da mesma forma como Paulo viu Jesus como o Cristo cósmico, assim também Agostinho viu a Igreja em termos escatológicos cósmicos.⁵ A partir de agora, *a salvação tornou-se dependente da pertença eclesial*: a mesma Igreja, antes perseguida, agora passará a perseguir quem pensa diferente. Levada às últimas consequências, nessa perspectiva, falta a salvação onde a Igreja não atua como mediadora.

Essa concepção trouxe consequências claras à práxis eclesial em diversos âmbitos. Ao final do século IV, a liturgia eucarística era celebrada em toda parte em bases diárias, embora mais solenemente aos domingos e dias festivos. Em cada cidade, a Igreja, dirigida por seu bispo, reunia-se aos domingos na basílica. A ordem hierárquica dos membros era refletida na aproximação à comunhão: bispos e clérigos primeiro; depois, os castos de ambos os sexos; e, por último, os leigos casados. Em uma área especialmente reservada nos fundos da basílica, mais distante, ficavam os penitentes, aqueles cujos pecados os excluía da participação ativa.⁶

É importante destacar que desde os primórdios da Igreja era bastante clara a concepção de que ninguém deveria se aproximar da Ceia do Senhor de “modo indigno”. Na *Didaqué* já consta: “Ninguém coma nem beba da vossa Eucaristia, se não estiver batizado em nome do Senhor. Pois a respeito dela disse o Senhor: Não deis as coisas santas aos cães!”.⁷ Mais adiante, porém, é preciso esclarecer que o mesmo texto colocará, como única condição para receber a comunhão, estar bem com o irmão: “Todo aquele que vive em discórdia com o outro não se junte a vós antes de se ter reconciliado, a fim de que vosso sacrifício não seja profanado”.⁸

Já na segunda metade do século IV, começou a acontecer uma importante mudança na prática eucarística, correspondente à emergência de uma atitude de grande admiração e temor para com os elementos eucarísticos, somada a um declínio na frequência da recepção da comunhão. O próprio estilo das celebrações mudou:

⁵ HAIGHT, R., A comunidade cristã na história, p. 284.

⁶ HAIGHT, R., A comunidade cristã na história, p. 285.

⁷ DIDAQUÉ, 9, 5.

⁸ DIDAQUÉ, 14, 2.

tornaram-se mais formais e elaboradas; utilizavam-se ações mais cerimoniais, paramentos, procissões e música para causar impressão na comunidade e, por palavras e atos, destacavam a majestade e a transcendência de Deus e a divindade de Cristo presente no mistério eucarístico.

Na prática, os ministros também começaram a pôr grande ênfase na necessidade de uma vida digna como condição para a comunhão. O resultado foi simples: em vez de corrigir a própria vida, muitos preferiram desistir da recepção da comunhão, de modo que começou a existir uma ruptura entre a ação eucarística e a recepção da comunhão. Portanto, não se vai mais à celebração da Eucaristia para comungar, mas para cumprir o preceito de “guardar domingos e festas religiosas”. A Eucaristia passou a ser ato do clero; ao povo, restaram as devoções, o que contribuiu sobremaneira para a compreensão de que, de um lado, ou mais propriamente acima, está o clero, abaixo do qual está o povo, “mero mortal”. A separação se acentuou de tal modo que, de psicológica, tornou-se real, cujo sinal era o balaústre, que limitava até onde o povo “poderia chegar” nas igrejas. Na prática, ao clero competia o altar da Eucaristia; ao povo, o dos santos. De uma pequena igreja com reuniões eucarísticas mais íntimas, essas assembleias se transformaram em algo mais próximo do teatro, em que o espectador é menos ativamente engajado.⁹

Além do mais, houve mudanças na própria prática penitencial: o batizado que cometesse um pecado grave (especialmente idolatria, homicídio e adultério) precisava percorrer um caminho árduo para conseguir sua reconciliação com a Igreja e, através desta, com Deus. Criou-se uma espécie de caminho que incluía etapas distintas: um rito inicial para que o pecador reconhecesse sua culpa, fosse excomungado provisoriamente da comunidade e inserido na chamada *ordo poenitentium*. A partir de então, só se participava da liturgia da palavra ou, se assistia à eucarística, não poderia levar as oferendas ao altar e, tampouco, participar da comunhão. Os penitentes recebiam uma bênção do bispo e depois eram mandados embora da assembleia. O processo penitencial acabava apenas nas vésperas da Páscoa, com a reconciliação dos penitentes através de uma exortação do bispo e da imposição das mãos sobre cada um deles. Esse era o ato que dava o perdão divino e, portanto, significava a reconciliação com a Igreja e o retorno à comunhão eucarística.¹⁰

O fato de pertencer a essa *ordo poenitentium* marcava o fiel a vida toda, a ponto de, nesse caso, não poder desempenhar cargo público algum nem ingressar na ordem clerical e, se casado, ter que renunciar por toda a vida ao laço matrimonial. Praticamente, a pessoa se via obrigada a levar uma vida de monge. Os pecados considerados muito graves traziam consigo a exclusão perpétua da comunidade. O rigorismo levou a outras práticas, tais como o retardamento da penitência até a velhice ou a proximidade da morte.¹¹ O afastamento já não era mais da comunhão eucarística, mas também do sacramento da reconciliação.

Para ajudar no distanciamento, já no século VI o latim era considerado uma língua culta e, portanto, de posse apenas de uma reduzida classe social, que quase se

⁹ HAIGHT, R., A comunidade cristã na história, p. 286-287.

¹⁰ BOROBIO, D., A Celebração na Igreja I, p. 75.

¹¹ BOROBIO, D., A Celebração na Igreja I, p. 75.

identificava com o clero. Essa “superioridade” da língua fez com que não houvesse traduções nem da Escritura e nem da liturgia para a língua do povo. Entrou em vigor, portanto, a ideia de que o documento que se deveria usar na ação litúrgica deveria ser restrito ao sacerdote. Logo, “o latim é a língua sagrada que envolve o mistério litúrgico, tornando-a cada vez mais distante do povo”.¹²

Soma-se a isso o fato de que, aos poucos, os próprios vocábulos vão sendo substituídos por outros: *irmão*, com toda a sua força, é substituído por *filhos*, porque o ministro ordenado exerce uma paternidade. O filho, por sua vez, não nasce antes do *pai*; o *pai* vem antes e primeiro; logo, é mais importante, tem autoridade e, a ele, deve-se obediência. Liga-se a isso a mudança de sentido na relação Cristo-Igreja, Eucaristia-Igreja: na Patrística, ao menos na era apostólica, a Igreja é o *corpus verum* (o verdadeiro corpo) de Cristo; a Eucaristia, o *corpus mysticum* (o corpo em mistério, em sacramento). Com a chegada da Idade Média, as expressões se invertem graças às muitas disputas sobre a presença real na Eucaristia, que repercutem sobre o ministério ordenado: continua existindo uma relação profunda entre o ministério e o *corpus verum*, que agora não é mais a comunidade eclesial, mas a Eucaristia.¹³ Essa mudança também coopera para o crescimento do clero, uma vez que é o ministro ordenado aquele que “traz” Jesus às hóstias consagradas.¹⁴

O problema é que para grande parte das pessoas a Igreja passa a ser uma *prestadora de serviços*: não importa o *formar comunidade*, razão de ser do cristianismo; importa “cumprir o ritual”; não há envolvimento; não há comensalidade. Em outras palavras, torna-se mais urgente ir à missa para assisti-la do que ir à celebração para participar da Ceia, como queria Jesus. O acento é *eclesiástico-canônico* (não eclesiológico, porque é puramente disciplinar), e não *bíblico-cristológico*. A teologia agostiniana, de uma Igreja que medeia a salvação, torna-se mais viva do que nunca.¹⁵

2. O jansenismo do século XVII

A origem do nome *jansenismo* vem de Cornélio Jansen (1585-1638), professor e padre católico que escrevera o livro *Augustinus* (sobre Santo Agostinho e a doutrina da Graça). Em si, o movimento jansenista surgiu após sua morte e foi fundado por um grupo de amigos que procurava viver uma vida religiosa com mais seriedade e rigor moral, em termos práticos, e seguia as ideias teológicas defendidas no livro de Jansen, em termos teóricos.

Cornélio Jansen nascera nos Países Baixos (Holanda) e estudou na Universidade de Lovaine. Nessa universidade, conheceu Jean Duvergier De Hauranne (1581-1643) – mais conhecido como abade de Saint Cyran –, a quem se ligou com íntima e duradoura amizade. Por alguns anos, os dois ficaram juntos numa casa de Duvergier. Este período

¹² BOROBIO, D., A Celebração na Igreja I, p. 90.

¹³ TABORDA, F., A Igreja e seus Ministros, p. 115.

¹⁴ Outro desdobramento prático dessa dimensão será a mudança da perspectiva: de refeição a Eucaristia passa a ser adoração, dada a indignidade do ser humano de se aproximar. Sobre a temática, sugerimos: DIAS, T. C. da S., Do ‘tomar e comer’ ao ‘ver’, p. 101-119.

¹⁵ DIAS, T. C. da S., Sinodalidade e Eucaristia, p. 137.

foi de intenso estudo, que depois deram ensejo a Jansen de se gabar de ter lido dez vezes as obras de Agostinho e trinta vezes os escritos sobre a graça e sobre o pelagianismo. Os dois amigos receberam a influência das ideias de Miguel Baio (1513-1689) de que só a graça salva.¹⁶

Em 1617, Jansen voltou a Louvain e conquistou uma cátedra de Escritura e, em 1636, foi promovido a bispo de Ypres, onde morreu dois anos depois. Ainda como bispo, escreveu sua obra fundamental: *Augustinus*. O texto foi publicado pelo seu grande amigo Saint Cyran depois da sua morte, em 1640. Se considera que o fundador, de fato, do jansenismo foi Saint Cyran, porque foi ele quem publicou em 1640 o livro *Augustinus* e foi ele quem colocou em prática os princípios do jansenismo no Mosteiro Port-Royal-des-Champs.¹⁷ Nesse mosteiro era abadessa Angélica Arnauld, irmã de Antoine Arnauld (1612-1694). Se Saint Cyran foi o fundador do Jansenismo, Antoine Arnauld foi o grande responsável de o movimento ter continuado em vigor por mais de 50 anos.

A história da irmã de Arnauld é também interessante. Ela foi posta, aos sete anos, no mosteiro de Port-Royal-des-Champs, num solitário vale, com o direito de suceder a abadessa de então, já idosa e próxima de seu fim de mandato. Aos onze anos, assumiu a missão. Quatro anos depois, uma doença grave a obrigou a voltar à sua família, mas o pai lhe impôs logo voltar ao mosteiro por não querer assumir novamente a obrigação de ter de arranjar outro jeito de encaminhar na vida sua filha. A vida de madre Angélica não era evidentemente nem melhor e nem pior que a de muitas outras mulheres, forçada como fora a seguir a vida religiosa sem nenhuma sombra de vocação; um dia, porém, uma exortação de um capuchinho a transformou radicalmente e ela não somente abraçou com fervor aquela vida, antes suportada de má vontade, como quis reformar profundamente o mosteiro e lhe impor a observância integral da regra cisterciense: vida comum, abstinência, clausura, orações noturnas... Com seu coração realmente grande, com seu espírito de abnegação e constância, poderia ter chegado bem alto, mas lhe faltou uma sincera humildade, um autêntico equilíbrio e uma prudência sadia. Morto são Francisco de Sales (1567-1622), que procurara refrear suas intemperanças e tinha tido ocasião de sentir sua soberba,¹⁸ ela seguiu a orientação espiritual de Sant-Cyran, que, longe de contê-la, a incentivou para um rigor inumano e para a defesa tenaz de suas teses pseudomísticas. Port-Royal-des-Champs tornou-se assim o verdadeiro centro espiritual do jansenismo: as

¹⁶ Baio, professor da Universidade de Louvain, defendera ideias muito próximas as de Lutero e Calvino sobre a Graça: *só a Graça salva*. Baio negava o caráter sobrenatural da condição original no paraíso terrestre, deduzindo daí a corrupção total do homem depois do pecado original, a perda do livre-arbítrio e a impossibilidade de resistir à graça. O problema deste modo de ver as coisas é que, para Baio, havia uma espécie de “determinação interna” no ser humano, que o levava a agir em uma direção específica (beirando à predestinação). Baio foi condenado em 1567, por Pio V (1566-1572), e novamente em 1580, por Gregório XIII (1572-1585); depois de muita insistência, ele se rendeu. As ideias, porém, permaneceram em vigência e por uma questão muito simples: *Pio V havia condenado, inicialmente, as ideias de Baio, ou as havia condenado por causa do contexto em que ele elas estavam?* Segundo consta, uma vírgula no documento despertou esta ambiguidade, o que fez com seus ideais permanecessem vivos.

¹⁷ O Mosteiro Port Royal des Champs era um mosteiro feminino de monjas cistercienses e que tinha como abadessa Angélica Arnauld. Uma das monjas que viviam lá naquele período foi Jacqueline Pascal, irmã de Blaise Pascal.

¹⁸ Angélica tinha suportado de mau humor que o santo a chamasse de ‘minha filha’, em vez de ‘reverenda madre’, sendo que, ao conhecer Francisco de Sales, ela quis que ele fosse seu ‘diretor espiritual’.

freiras eram tidas puras como anjos, soberbas como demônios, e pouco a pouco acabaram se habituando a receber raramente a comunhão, e madre Angélica, em 1636-1637, preferiu ficar sem receber os sacramentos, mesmo durante a Páscoa. *O sacramento do amor, a Eucaristia, havia se tornado o sacramento do temor*, dada sua incompreensibilidade, incomensurabilidade.¹⁹

O movimento jansenista, enfim, estava baseado em três princípios: o dogmático, o moral e o disciplinar. Cada um deles baseava-se em um dos nomes que participaram da “fundação” do movimento: Jansen, com a doutrina sobre a graça; Arnauld, com sua moral sacramental; e Saint-Cyran, na prática disciplinar.

- O *princípio dogmático* se baseava no livro “*Augustinus*” e na sua doutrina sobre a graça. Para Jansen, a vontade humana segue necessariamente (por força de uma determinação intrínseca, que Jansen chama impropriamente de liberdade) o impulso que lhe é dado, ou seja, a graça; na falta desta, a concupiscência. Isso porque a graça não era sempre concedida aos seres humanos e, nesse caso, abandonados às suas forças, estes seguiam necessariamente a concupiscência e pecavam. O problema é que Jansen exacerbou a eficácia da graça até destruir praticamente toda liberdade – note-se que permaneceu o nome, mas a essência se desvaneceu. A Igreja, em contrapartida, faz distinção entre *graça eficaz*, nem sempre concedida, e *graça eficiente*, sempre concedida – a qual Jansen negava. Cristo, portanto, não morreu por todos, mas pelos eleitos, e só a eles era dada a graça. Nasceria, assim, a tendência em representar o crucifixo não com os braços abertos, mas sim estendidos para o alto e unidos, pois Jesus ofereceu seu sangue somente para um restrito grupo de eleitos. No jansenismo, portanto, ficava clara a inclinação de transformar a Igreja de uma sociedade, em que havia lugar para todos, em uma seita ou conventículo de poucos eleitos.²⁰
- O *princípio moral* se caracterizava pelo rigorismo. Entre o aspecto dogmático e o moral há uma conexão mais psicológica e histórica do que lógica: diante de um Deus que escolhe a seu bel-prazer um pequeno número de eleitos e somente por eles morre, a atitude mais espontânea é o temor, não o amor. O rigorismo se mostrava de diversas maneiras: a visão negativa dos infiéis e dos pecadores, que constituem sempre um pecado, porque é fruto de uma natureza intrinsecamente corrupta e não ordenada a Deus com um amor ao menos inicial; o adiamento da absolvição dos penitentes de cuja perseverança não se tem suficiente esperança e, em todo caso, aos que não tiverem cumprido a penitência imposta; a recusa da absolvição aos que se previa que haveriam de recair no pecado; a afirmação de que a ignorância não isenta do pecado; e, por último, o acúmulo de condições quase impossíveis de conseguir exigidas para a comunhão. Para o jansenismo, nenhuma pessoa era digna de receber os sacramentos, porque toda a pessoa era pecadora. Por isso, os sacramentos eram

¹⁹ MARTINA, G., História da Igreja de Lutero a nossos dias, p. 204-205.

²⁰ MARTINA, G., História da Igreja de Lutero a nossos dias, p. 205-206.

vistos como “prêmio para os santos”. Como ninguém era santo, restringia-se a participação. No Mosteiro Port-Royal-des-Champs, as monjas recebiam a Eucaristia uma vez ao ano. O princípio moral baseava-se na obra de Antoine Arnauld, *De la frequente Communion* (1643), no qual se afirmava que a Eucaristia não é um remédio instituído para quem é fraco e procura se purificar, mas um prêmio para os santos; a excessiva frequência à comunhão é causa de graves danos, pelos quais os jesuítas, com sua pastoral laxista, eram responsáveis. Essa prática foi se espalhando, a ponto de as pessoas irem deixando de participar da comunhão, porque não se sentiam santas. O livro de Arnauld teve grande influência: o jesuíta Nouet (1605-1680), que o tinha atacado, teve de ler de joelhos, diante dos bispos franceses reunidos em assembleia, uma retração de suas pregações contrárias a Arnauld.

- O *princípio disciplinar* se caracterizava pelo reformismo. O personagem inspirador desse princípio foi Saint-Cyran, o grande amigo de Cornélio Jansen. Para Saint-Cyran se deveria eliminar as novidades introduzidas na Igreja a partir do século II até o XV, uma vez que, se a Igreja é de criação divina, logo, escapa a qualquer evolução.²¹ Por isso, ele propôs uma “reforma” para retornar ao modelo de Igreja apostólica do século I, que também valeu para a dimensão eucarística. Após expor o costume da Igreja antiga de não dar a comunhão aos pecadores senão depois do cumprimento de uma longa e severa penitência, defende a penitência de retornar a esse uso, dado que a Igreja errara na prática pastoral dos últimos séculos.

Os pormenores do desenrolar do movimento não vêm ao caso. O importante é compreender que, depois da morte de Antoine Arnauld, a nova liderança do jansenismo foi Pasquier Quesnel (1634-1719). Quesnel era um sacerdote oratoriano e publicou o livro *Reflexions Morales*, em 1671, que estava impregnado de ideias jansenistas. O texto foi condenado por duas vezes nos pontificados dos papas Clemente X (1670-1676), em 1675, e de Clemente XI (1700-1721), em 1708, com ainda mais solenidade. O arcebispo de Paris, que autorizara a primeira publicação do livro, não aceitou tais condenações e foi feita uma nova e aprofundada análise do livro de Quesnel. O resultado dessa profunda análise foi a *Bula Unigenitus*, publicada pelo Papa Clemente XI em 1713. Esse foi o documento em que a Igreja condenou definitivamente o jansenismo. Nesse documento foram condenadas mais de cem proposições do livro de Pasquier Quesnel e, pela primeira vez, condenavam-se os três princípios do jansenismo: dogmático, moral e disciplinar.²²

A condenação, porém, não significou o fim imediato do movimento, visto que algumas características subsistiram, sobretudo o rigorismo sacramental (princípio moral), que permanecerá com força na Igreja até o início do século XX. Foi o Papa Pio X (1903-1914) quem modificou a ideia de que a Eucaristia era um prêmio para os santos. No início do século XX, querendo rebater a frase de Antoine Arnauld, com o decreto *Sacra*

²¹ MARTINA, G., História da Igreja de Lutero a nossos dias, p. 208.

²² MARTINA, G., História da Igreja de Lutero a nossos dias, p. 214.

tridentinas sinodus, de 22 de dezembro de 1905, Pio X afirmou que a Eucaristia não era um prêmio para os santos, mas um remédio para a fragilidade humana.²³

3. Ainda é possível falar de jansenismo hoje?

Naturalmente que, na atualidade, o movimento jansenista em si não existe, formalmente falando. As ideias, porém, sobretudo no que diz respeito ao *princípio moral*, permanecem. Em tempos de crise e de uma pastoral puramente secularista, cuja referência é o corpo, a noção de pecado está vinculada, quase que de modo único e exclusivo, ao sexto mandamento: *não pecar contra a castidade*. Chega-se, inclusive, a interpretar literalmente a palavra de Jesus: “Qualquer um que olhar para uma mulher e desejar possui-la, em seu coração já cometeu adultério com ela” (Mt 5,28-30). Esse movimento, por sua vez, leva a práticas semelhantes às do jansenismo em diversos aspectos:

- no que diz respeito ao sacramento da Eucaristia, há igualmente um afastamento dos fiéis, que se sentem indignos de se aproximar da presença real de Jesus;
- no caso do sacramento da reconciliação, não se gera um afastamento, mas uma insistência até anormal: os fiéis, sobretudo os jovens – que, pela própria idade, sentem com mais incidência às questões relacionadas ao sexto mandamento –, chegam a se confessar uma vez por semana, levando às últimas consequências o que consideram “pecados graves”. Uma vez alertados, porém, de que a moral não é apenas isso, assim como o pecado, costumam procurar outra igreja ou presbítero, porque tanto quanto à época dos jansenistas, parece que aqueles que não compreendem o pecado apenas como relacionados à sexualidade são laxistas;
- no que tange à vida em comunidade, para alguns deveria existir, à porta das igrejas, uma espécie de pré-seleção: aqueles que, na visão de muitos, são tidos como “irregulares”, são alvo do olhar malicioso de alguns [=os eleitos] que, por estarem com a vida canonicamente em ordem e “de acordo com as Sagradas Escrituras”, sentem-se mais dignos e melhores que outros. Não se respeita o processo de conversão e se perde, sem dúvida, a referência fundamental do Evangelho, proclamada da boca do próprio Jesus: “Os são não necessitam de médico, mas sim, os que estão doentes; eu não vim chamar os justos, mas, sim os pecadores ao arrependimento” (Mc 2,17). Para os que “já são santos”, os que são tidos como “irregulares” devem, se quiserem ser bem-vindos: no caso dos que vivem em segunda união, buscar a nulidade matrimonial para celebrar o matrimônio validamente; os tantos irmãos e irmãs LGBTQIAPN+ precisam, igualmente, converter-se e buscar uma “cura”, porque essa “escolha de vida” que fizeram não condiz com o Evangelho; e

²³ DIAS, T. C. da S., Sinodalidade e Eucaristia, p. 139.

assim por diante. Note-se que, nesses dois grupos, o pecado novamente está atrelado ao sexto mandamento.

O deplorável é que, extrapolando o puro dado da práxis eclesial em si mesma, essa maneira de ser Igreja contradiz abertamente a perspectiva do Concílio Vaticano II e, mais concretamente, a própria maneira de ser e agir “inaugurada” pelo Papa Francisco. No contexto da Jornada Mundial da Juventude, de 2023, em Lisboa, o então bispo de Roma disse:

E é por isso que nós, sua Igreja, somos *a comunidade dos que são chamados*; não somos a comunidade dos melhores, não! Somos todos pecadores, mas somos chamados assim como somos [...], com os problemas que temos, com as limitações que temos, com a nossa alegria transbordante, com a nossa vontade de sermos melhores, com a nossa vontade de vencer. [...] Pensai nisto: Jesus chama-me como eu sou, não como eu gostaria de ser. Somos comunidade de irmãos e irmãs de Jesus, filhos e filhas do mesmo Pai. Amigos, quero ser claro convosco, que sois alérgicos à falsidade e às palavras vazias: na Igreja há espaço para todos. Para todos. Na Igreja, ninguém é de sobra. Nenhum está a mais. Há espaço para todos. Assim como somos. Todos. [...] Todos, todos, todos! Na Igreja, há lugar para todos. “Padre, mas para mim que sou um desgraçado, que sou uma desgraçada, também há lugar?” Há espaço para todos! Todos juntos... Peço a cada um que, na própria língua, repita comigo: “Todos, todos, todos”. Não se ouve; outra vez! “Todos, todos, todos”. E esta é a Igreja, a Mãe de todos. Há lugar para todos. O Senhor não aponta o dedo, mas abre os braços. É curioso!²⁴

Como um bom “filho” do Vaticano II – aliás, o primeiro Papa, depois do evento, a não ter participado diretamente dele –, Francisco pensava uma Igreja que deveria se colocar como uma mãe amorosa, disponível a acolher a todos os que se aproximam dela. Foi assim que, no Vaticano II, a Igreja se colocou diante da modernidade: não para condená-la e tão somente apontar-lhe os defeitos, mas acima de tudo para reconhecer seus valores e avanços. Essa perspectiva estava clara na própria palavra-chave do evento conciliar: o *aggiornamento*.

Soma-se, porém, a esse jansenismo hodierno, todo o movimento tradicionalista dos dias atuais, para o qual a missão da Igreja é tão pura e simplesmente salvar as almas, uma tarefa que se exerce, sobretudo, a partir da celebração dos sacramentos. Ora, se os chamados “irregulares” não têm possibilidade alguma de celebrá-los, logo estão fora, a menos que “se convertam”. No fundo, é uma Igreja pesada, na qual, novamente, apenas um pequeno grupo de eleitos salvar-se-á. A salvação é compreendida como ciência matemática: confissão regular mais missa dominical levam ao céu. Nesse sentido, observe-se que:

O **jansenismo** produziu um grande fervor religioso diante de um Deus que não é o Deus de Jesus: não é um Deus de todos, mas uma espécie de “propriedade privada” daqueles que dizem acreditar nele e servi-lo. A humanidade é uma “massa condenada”. Deus é certamente justo e misericordioso, mas a misericórdia é para salvar apenas aqueles que o

²⁴ FRANCISCO, PP, Cerimônia de Acolhimento.

servem, os outros devem ser condenados. É primeiro um Deus sem coração que, paradoxalmente, deu origem à devoção ao “coração de Jesus” e, em contraposição, às congregações religiosas do “sagrado coração”.²⁵

A tendência jansenista na Igreja, hoje, não existe de forma velada: ela é aberta, pública, travestida de um suposto tradicionalismo e dos elementos que o compõem. A estratégia de afirmação dessa linhagem se deu, acima de tudo, como afirmação de uma tendência eclesial afirmada como legítima, em luta contra o que considerava ilegítimo e perigoso para a Igreja, chamado, não raras vezes, de “pecado”. Em geral, fez-se leituras das decisões conciliares em perspectiva conservadora, utilizando-se de referências teológicas e jurídicas anteriores ao Concílio, no campo da moral (de modo particular na moral familiar), dos ministérios (manutenção do mesmo modelo de hierarquia) e da colegialidade (centralização no papa e na cúria romana).²⁶

A grande questão é que, em maior ou menor escala, esses elementos caminham na contramão do que se propôs o Vaticano II: no campo da moral, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* foi clara em afirmar que é preciso distinguir “o erro” da “pessoa que erra”, cuja dignidade deve sempre ser preservada;²⁷ dos ministérios, na medida em que a Igreja proposta foi a do Povo de Deus, fundamentada no sacramento do Batismo, deixou-se claro que todos são sujeitos, não apenas os membros do clero e, como tal, são responsáveis por ela e tem uma missão;²⁸ e, no que diz respeito à colegialidade, apesar de o Concílio manter as prerrogativas papais, o acento à dimensão de colégio, expressa especialmente nos próprios concílios, nos sínodos e nas conferências episcopais, no Decreto *Christus Dominus*, pretende também despertar a uma descentralização.²⁹

Assim, o jansenismo não só se faz presente na dinâmica eclesial hoje como uma tendência, mas também emerge como um opositor direto à recepção do Vaticano II, ainda em curso.

Conclusão

Apesar de ter surgido como movimento no século XVII e, posteriormente, condenado pela Igreja no século XVIII, o jansenismo é uma realidade viva na dinâmica eclesial, ainda que não de forma explícita, embora essa expressão traga consigo ambiguidades: *não é explícita* porque não se encontra, na Igreja, ninguém que se intitule como tal; mas, ao mesmo tempo, *é explícita* porque na prática a maneira de pensar e viver a fé se assemelha em muito ao jansenismo, especialmente no que diz respeito à prática sacramental e ao rigorismo moral.

Em geral, o jansenismo permanece se consolidando graças às posturas que, na atualidade, tem se denominado como guardiãs da tradição, que aparecem muito mais como forças para segregar do que para unir. De fato, vivendo esse rigorismo em um ou

²⁵ STAZZARI, F., As ultradireitas: católicas ou jansenistas?

²⁶ PASSOS, J. D., A força do passado na fraqueza do presente, p. 113.

²⁷ GS 28.

²⁸ LG 13.

²⁹ CD 4-6.

outro aspecto, especialmente na disciplina sacramental, muitos se consideram mais santos e piedosos e, como tais, merecedores da salvação. No fundo, é a mesma lógica do grupo dos “eleitos” do antigo movimento.

O perigo dessa tendência reside no fato de que, agindo desse modo, a recepção do Vaticano II fica comprometida. De fato, passados 60 anos do grande evento do século XX, os desafios nesse sentido ainda são diversos, e esse tipo de mentalidade contribui para uma vivência eclesial pré-conciliar, com a volta, inclusive, de itens como o véu para as mulheres e, no caso dos presbíteros, os paramentos como barretes, casulas romanas, manípulo e outros. Todos esses elementos, no fundo, trazem consigo duas perspectivas: a primeira, de que o ser humano enquanto tal é indigno do mistério e, portanto, precisa se preparar ao máximo para contemplá-lo; a segunda, de que o clero se constitui como uma “casta super-poderosa”, quase intocável, de cujas mãos e voz emergirá a salvação a todos. No fundo, é também reflexo de um clericalismo. Essa “onda”, que tem atingido sobretudo os jovens – inclusive no clero! –, precisa mais do que depressa de uma atenção concreta da Igreja, em vistas a um posicionamento claro e firme do Vaticano II.

O que sempre serve de consolo é o fato de perceber que, no fundo, as coisas nem sempre foram como são hoje, o que também sinaliza que no futuro poderão ser diferentes. Só é preciso atitude, formação religiosa crítica e, por que não, conhecimento da própria história.

Referências bibliográficas

BOROBIO, Dionisio. **A celebração na Igreja I: Liturgia e Sacramentologia Fundamental**. São Paulo: Loyola, 1990.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes***. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium***. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto *Christus Dominus***. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DIAS, Tiago C. da S. Do ‘tomar e comer’ ao ‘ver’: a perda do real sentido eucarístico e seus desdobramentos pastorais. In: **Encontros Teológicos**, v. 38, n. 1, jan./abr. 2023, p. 101-119. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1776/1437>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DIAS, Tiago C. da S. Sinodalidade e Eucaristia: como a condução da Ceia do Senhor contribuiu para a diminuição da vivência sinodal. **Encontros Teológicos**, v. 39, n. 1, jan./abr. 2024, p. 131-148. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1862/1504>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DIDAQUÉ. **Catecismo dos primeiros cristãos**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FRANCISCO, PP. **Cerimônia de Acolhimento**. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2023/august/documents/20230803-portogallo-cerimonia-accoglienza.html>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

HAIGHT, Roger. **A comunidade cristã na história**: Ecclesiologia histórica. São Paulo: Paulinas, 2012.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero a nossos dias**: II – A era do absolutismo. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

PASSOS, João Décio. **A força do passado na fraqueza do presente**: O tradicionalismo e suas expressões. São Paulo: Paulinas, 2020.

PASSOS, João Décio. **Obstáculos à sinodalidade**: Entre a preservação e a renovação. São Paulo: Paulinas, 2023.

STAZZARI, Francesco. **As ultradireitas**: católicas ou jansenistas? Trad. Luísa Rabolini. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/632488-as-ultradireitas-catolicas-ou-jansenistas-artigo-de-francesco-strazzari> Acesso em: 10 jul. 2024.

TABORDA, Francisco. **A Igreja e seus ministros**. São Paulo: Paulus, 2011.

Tiago Cosmo da Silva Dias

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Participa do Grupo de Pesquisa ‘Religião e Política no Brasil Contemporâneo’
(PUC-SP/CNPq)

Docente nas Faculdades Dehoniana, em Taubaté, e Paulo VI, em Mogi das Cruzes
São Paulo / SP – Brasil
E-mail: tiago.cosmo@dehoniana.online

Recebido em: 28/10/2024

Aprovado em: 24/11/2025